

A EMERGÊNCIA DO FEMININO NA POLÍTICA LOCAL: O CASO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004, EM CAMPINA GRANDE-PB

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos a emergência de lideranças femininas na política local. Particularmente tomamos como caso, para análise, a disputa das eleições municipais de 2004, na cidade de Campina Grande¹, no Estado da Paraíba. Cabe apontar duas questões fundamentais sobre o referido pleito: pela primeira vez na história das eleições em Campina Grande ocorre a candidatura de duas mulheres ao cargo no Poder Executivo: Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros (Partido dos Trabalhadores – PT) e Lídia de Moura Silva Cronemberger (Partido Socialista Brasileiro – PSB). Entraram também nessa disputa os candidatos: José Araújo do Nascimento (Partido da Mobilização Nacional – PMN), Rômulo José de Gouveia (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) e Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB).

Em poucas campanhas eleitorais a cidade de Campina Grande viveu uma competição tão acirrada entre grupos políticos. Assim, nas ruas, nos pa-

**ELIZABETH CHRISTINA DE
ANDRADE LIMA***

RESUMO

Este artigo analisa a emergência de lideranças femininas na política local. Tomamos como caso para investigação as candidaturas de Cozete Barbosa e Lídia Moura, à Prefeitura Municipal de Campina Grande, no ano de 2004. O texto problematiza a instituição dessas lideranças na cidade, para compreender o lugar por elas ocupado na mídia e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Para tanto, preocupamo-nos em responder aos seguintes questionamentos: como se instituem, política e culturalmente, na sociedade campinense, essas candidaturas femininas? Quais os seus discursos, expectativas e como se colocam enquanto mulheres, no contexto de disputa eleitoral?

ABSTRACT

This article analyses the emergency of feminine leadership on the local politics. We took as case for investigation the candidature of Cozete Barbosa and Lídia Moura to City Hall of Campina Grande in the year of 2004. The text problematizes the institution of these leaderships in the city, to understand the place occupied by them in the media and in the Gratuitous Schedule of Electoral Advertising. For in such a way, we were worried in answering the following questions: how are instituted, politically and culturally, on the society of Campina Grande, these feminine candidatures? What are their speeches, expectations and how they position themselves as women in the electoral dispute context?

*Doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba.

lanques, nos debates televisivos, nos jornais e emissoras de rádio locais acompanhava-se uma verdadeira guerra de poderes entre os grupos políticos denominados como “Cunha Lima” e “Maranhão”²; e uma disputa, principalmente no segundo turno, entre duas cores: o laranja, do candidato Veneziano Vital, apoiado pelo grupo “Maranhão”, e o verde, do candidato Rômulo Gouveia, apoiado pelo grupo “Cunha Lima”.

No interior desse campo de batalha entre grupos políticos, mesmo não chegando ao segundo turno das eleições, as mulheres adquirem visibilidade política; estão elas nos debates promovidos pelas redes de televisão locais; nos comícios; nas carreatas e passeatas; estão ali, fazendo uso de suas imagens de mulher para conquistar não só o voto, mas a legitimidade de suas candidaturas, a partir de um discurso, sobretudo, sexuado. Em outras palavras, atributos tais como “ser mulher”, “ser mãe”, “ser dona-de-casa” passam a servir como uma espécie de contrapeso, uma alternativa para desconstruir e despolarizar a luta política local. As referidas candidatas se

apresentam aos seus eleitores, sobretudo, como possibilidade de mudança, de transformação completa dos “vícios políticos locais”, enredados pela sucessão alternada do poder.

A partir de todo um contexto de aparições práticas e enunciações discursivas, essas mulheres conquistam espaços no âmbito cultural e no terreno da política e se apresentam à sociedade local como fortes candidatas que, mesmo não vencendo no primeiro turno, adquirem status de “mulheres políticas” e, de certa forma, introduzem na cidade a inserção do feminino na política, no âmbito do Executivo. Por ser um fato inédito nas campanhas eleitorais locais à prefeitura municipal de Campina Grande, é possível pensarmos essas candidaturas femininas como modelos paradigmáticos, e, com base nesta experiência, analisarmos os lugares e os não-lugares³ da mulher na política.

A CULTURA E A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO

Convém, em primeiro lugar, aqui, salientar que neste artigo tomamos a política e a emergência de lideranças femininas enquanto representação. Assim, de acordo com o conceito elaborado por Denise Jodelet, consideramos as *representações sociais* das imagens políticas construídas pelas e para as candidatas Cozete Barbosa e Lídia Moura, bem como a emergência das lideranças femininas em Campina Grande “como uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma interação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001: 22). Neste sentido, não buscamos analisar a política a partir das instituições sociais, mas tentamos captar, através do que os candidatos, os eleitores e a mídia dizem e fazem com elas, como as qualificam, qual o significado que lhes atribuem.

Igualmente, tomamos a política e a emergência de lideranças femininas como integrantes da cultura, e, portanto, passíveis também de reelaborações simbólicas. Para falarmos de cultura – *locus* onde são geradas as representações –, adotamos, ao modo de Magalhães, a noção segundo a qual ela é:

(...) um conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos, próprios a vários grupos que compõem a sociedade; enquanto processo de simbolização e prática significativa, e é exclusivamente dentro desse quadro que podemos tomar a política enquanto objeto de elaboração e reelaboração simbólica, enquanto prática que adquire distintos significados em diferentes culturas (1998: 28).

Em outros termos, “a cultura é algo que se constitui num processo contínuo de interação social em que os símbolos e seus significados são reinterpretados, disputados, negociados continuamente” (ZALUAR, 1986: 119). Assim, “discurso e prática não são realidades que se opõem uma operando por distorção com respeito à outra; são antes pistas diferentes e complementares para a compreensão do significado” (MAGNANI, 1986: 140).

Entendemos, portanto, a construção do discurso político como estando a assumir uma dupla posição:

(...) por um lado, deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores. Ele deve inscrever seu projeto na longevidade de uma ordem social, que depende dos valores transcendentais fundados historicamente (CHARAUDEAU, 2006: 79).

Por fim, estamos de acordo com a ponderação feita por Barreira:

(...) é importante também explicitar a necessidade de pensar as candidaturas de mulheres em sua expressão plural, evitando trabalhar com o conceito de mulher como unidade social, o que poderia levar a afirmações como “a mulher age na política” ou “a mulher pensa a política”. As candidatas possuem experiências variadas de constituição de um capital político com base em distintas trajetórias. (1998: 110).

Interessa-nos, pois, a partir do exposto, não só levar em consideração as trajetórias das candidatas mencionadas anteriormente, mas reconstituí-las.

Esta análise se funda em dois aspectos distintos, e complementares: trabalhamos em um primeiro momento, com parte dos discursos produzidos no Brasil sobre a relação entre cultura, mídia e política, particularmente sobre a emergência das candidaturas femininas, objetivando dar conta da formação e construção de lideranças femininas em Campina Grande. E, em um segundo momento, fizemos incursões nos arquivos da imprensa local – tomando, particularmente, os periódicos *Jornal da Paraíba* e *Diário da Borborema*, na coleta de informações sobre a cobertura das eleições municipais de 2004, buscando detectar como foram montadas as imagens e os discursos alusivos às referidas candidaturas femininas; além de fazermos uso de vídeos das campanhas políticas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), debates televisivos, discursos proferidos pelas candidatas em seus comícios e, ainda, músicas de campanha.

A SINGULARIDADE DO FEMININO?

Já não é mais um fato raro a inserção das mulheres no mundo da política⁴. Nesse sentido, é ilustrativa a matéria publicada pela revista *Isto É*, veiculada em 2 de outubro de 1996, acerca das eleições municipais realizadas naquele ano, com o seguinte título de capa: “o fim do machismo – as mulheres tomam conta de duas capitais do Nordeste”. Lê-se, ali, que “nada menos que 70 mil candidatas” disputavam vagas nas câmaras municipais. De acordo com o periódico,

(...) Esse crescimento pode em parte ser creditado à nova lei que reserva a elas 20% das vagas nas chapas partidárias que concorrem às Câmaras Municipais. Mais do que a exigência legal, a participação feminina impressiona por seu potencial de votos. Num verdadeiro arrastão de saias, 22 candidatas tentam conquistar nas urnas o passaporte para o comando da administração de 13 capitais brasileiras.

Assim, uma das principais características gerais das eleições de 1996, apontadas tanto pela imprensa quanto por estudiosos da política, refere-se à presença e ao desempenho de candidatas à prefeitura de algumas capitais de porte médio do País. Diga-se de passagem, o cargo de prefeito municipal era, até então, preferencialmente postulado e ocupado por homens.⁵ De acordo com informações do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), no referido pleito, a participação de mulheres, eleitas às prefeituras municipais, cresceu em 76,61% (cf. MIGUEL, 1997).

Dez anos depois das eleições de 1996, o que se observa é uma ampliação no número de mulheres; desta feita, no parlamento brasileiro. Para se ter uma idéia,

(...) a bancada feminina da Câmara Federal receberá, em 2007, 42 deputadas; e o Senado passará de 8 para 11 mulheres, conforme balanço do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). As mulheres representam apenas 8,38% do total de 513 deputados federais.⁶

Para além das evidências estatísticas, uma investigação que toma como referência o significado da presença feminina no cenário político exige, de início, algumas reflexões. Como assinala Irllys Barreira,

(...) Saltando-se de uma evidência sobre a importância da participação das mulheres na política, tornada óbvia pelos números e consagrada de antemão como pressuposto, é preciso indagar o que, de fato, representam tais candidaturas no cenário político social (1998: 109).

Ou seja, se o fenômeno da participação de mulheres na política tem crescido, mesmo que lentamente⁷, cabe agora indagar sobre os significados de tal inserção. Em outras palavras, precisamos saber o que representa essa inserção, tanto do ponto de vista das mulheres candidatas, quanto da sociedade e do público eleitor.

Em matéria intitulada “O poder é masculino”, veiculada pela revista *Veja*, edição especial, *MULHER*,

de junho de 2006, há uma interessante discussão sobre os usos do poder⁸ entre homens e mulheres; ao que tudo indica, quando se trata de assumir o poder e comandar os “destinos” de uma nação, pouca diferença parece existir entre quem veste terno ou *tailleur*:

Aparentemente, a progesterona não é mais propícia a atos do bem do que a testosterona. Nem existem indícios de que a mulher seja mais sensível aos problemas sociais do que o homem. Ou menos propensa à roubalheira, à mentira e à desfaçatez. Nem a história, nem as análises acadêmicas sobre o assunto ou a mera observação são capazes de atestar diferenças marcantes. O que parece é que o gênero não faz diferença quando se trata de política. Há no mundo onze mulheres à frente do governo de seu país. Isso significa que elas comandam menos de 6% das nações. É um total ínfimo, em números absolutos, mas que mostra uma evolução: são dez presidentes ou primeiras-ministras a mais do que em 1960. Nem por isso, no entanto, o mundo parece ter mudado.

Por outro lado, acrescenta-se na mesma matéria, do ponto de vista dos eleitores, a situação parece ser diferente:

(...) Estudos realizados em vários países mostram que o eleitorado acredita que políticas são mais éticas do que políticos. Mas isso em tese – sem que se pergunte se Margareth Thatcher é mais ética do que Tony Blair ou Marta Suplicy do que José Serra. A cientista política Celi Regina Jardim Pinto, diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, acha que a percepção dos eleitores é ingênua, ainda que útil às mulheres. “É muito cômodo para as mulheres dizer que têm valores morais mais nobres”, afirma. “Mas, na verdade, a ocasião faz o ladrão, independentemente do sexo, e não há prova ne-

nhuma de que exista uma cultura feminina de respeito à ética”. Até o momento, o que se percebeu foi uma diversidade tão grande de comportamentos que simplesmente não se pode atribuir à mulher uma conduta homogênea determinada pela inexistência do cromossomo Y.

Ainda na referida reportagem, lêem-se dois outros discursos que se contrapõem a estes últimos e apontam para a questão cultural e para as diferenças de inserção das mulheres no espaço público e a para sua relação com o espaço privado⁹. A cientista política Lúcia Avelar, diretora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, discorda da idéia segundo a qual homens e mulheres seriam diferentes, e afirma:

(...) Não são. Mas as condições culturais para cada um o foram. O estilo pode ser diferente porque a vida de um e a de outro foram diferentes (...) Por mais durona, carreirista ou workaholic que uma mulher possa ser, ela provavelmente tem ou teve ao longo da vida uma preocupação com a casa, a educação, a saúde e o bem-estar dos filhos ou dos familiares. Essa dedicação à família pode ser um dos diferenciais femininos que os especialistas no assunto procuram identificar.

Por sua vez, a também cientista política, Clara Araújo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, considera que,

(...) quando uma mulher chega ao poder, a agenda política pode ser mais associada a temas como os cuidados sociais (...). Mas, ao sair dessa esfera e passar para questões mais gerais, dificilmente se consegue identificar alguma diferença.

Além da divergência de opiniões, conforme acabamos de ler, há que se atentar para a evidência corriqueira dos usos e da criação de certas representações estrategicamente adotadas pelas mulheres,

na construção das suas candidaturas. O que hipoteticamente se observa é uma alternância da “mulher política” assumindo, pelo menos, dois papéis: um, marcadamente masculino, de autoridade, como nos ensina Roger-Gérard Schwartzberg (1978, p. 94), “fazendo-se passar por mulher dominadora, mulher forte, mulher de ferro, sucedâneas do homem de pulso, chegando quase a parecer transformadas em ‘travestis’ políticos, imitando grosseiramente as atitudes machistas”; outro, o da mulher maternal, protetora, “é a imagem de Maria, a ‘Boa-Mãe’, ‘Mãe misericordiosa’. É a imagem da mãe-pátria” (SCHWARTZENBERG, 1978: 95).

Cabe salientar, no entanto, que a imagem de mulher maternal é dupla, como assevera Schwartzberg:

(...) Temos a lembrança dos cuidados maternos, mas também a das reprimendas. Existe a mãe dadivosa, mas também frustradora, porque a criança passa inevitavelmente pela experiência da não-satisfação. O “poder” da mãe é a capacidade de proporcionar satisfações ao Isto e ao Eu, mas é igualmente, por conseguinte, a aptidão a recusá-los. A imagem materna é dom, mas também recusa, frustração, até castração (1978: 96).

A oscilação entre uma e outra representação leva-nos a problematizar sobre os usos que mulheres candidatas imprimem à construção de seus personagens políticos (SCHWARTZENBERG, 1978), sobre como adotam e personificam determinados personagens e como estes são recebidos pelo público eleitor.

Essas representações sobre comportamentos de mulheres candidatas, em momentos de campanhas eleitorais, suscitaram nosso interesse em analisar as candidaturas femininas, a partir da experiência aqui referida.

A EMERGÊNCIA DO FEMININO EM CAMPANHAS ELEITORAIS: O CASO DE CAMPINA GRANDE

Por ocasião das eleições para a Prefeitura Municipal de Campina Grande, no ano de 2004, pela primeira vez na história das campanhas políticas, conforme assinalamos anteriormente, se candidatam, além de três homens, duas mulheres: Cozete Barbosa (PT)¹⁰ e Lídia Moura (PSB).¹¹

A candidata Cozete Barbosa ostentava, como diferencial em relação a Lídia Moura, o título de primeira mulher prefeita de Campina Grande, por haver assumido a Prefeitura em 05 de abril de 2002, em substituição ao então prefeito, Cássio Cunha Lima (PSDB), que se afastara do cargo para disputar o governo do Estado da Paraíba, nas eleições de outubro do mesmo ano.¹² Além disso, Cozete fora eleita vereadora – a primeira, da história do Partido dos Trabalhadores no município de Campina Grande, em 1996 –, “obtendo 3.870 votos. Concorreu a uma cadeira no Senado no ano de 1998, onde obteve aproximadamente 252 mil votos, atingindo cerca de 52 mil somente em Campina Grande, sendo a mais votada no município” (jornal *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB, 5/4/2002, caderno *Política*).

Indagada sobre as suas expectativas, caso viesse a assumir a Prefeitura de Campina Grande e sobre a emoção de ser a primeira mulher a fazê-lo, a candidata explica:

*Mais do que emoção, o fato representa um grande e novo desafio para mim, que quero ser exemplo e lutar para mudar essa prática fisiologista de fazer política e que nos últimos anos dominou a Paraíba. Eu acho que a intolerância, o autoritarismo e as perseguições não contribuem em nada para o bem e o desenvolvimento do município (jornal *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB, 5/4/2002, caderno *Política*).*

E, na seqüência de sua entrevista ao citado jornal, ao ser incitada a comparar a emoção de ser prefeita ao fato de ser mãe, afirma:

A maternidade é independente da vida pública e eu tenho consciência de ser uma mulher privilegiada e que agora terei muito mais compromisso com as mulheres trabalhadoras e com as que enfrentam problemas de violência e discriminação. Nesse sentido, vou lutar e contribuir para a formação de uma sociedade harmoniosa e mais justa (Diário da Borborema, Campina Grande-PB, 5/4/2002, caderno Política).

O que se desprende das duas perguntas mencionadas é que há, a um só tempo, a cobrança de um modelo feminino, maternal, calcado na fragilidade, e a atribuição a uma função política, de qualidades que se supõe, não serem “típicas de mulher”, como, por exemplo, energia e determinação.

Com base nesse tipo de raciocínio, vale a importante observação feita por Irllys Barreira, segundo a qual,

(...) a presença de candidaturas de mulheres em campanha política está, portanto, submetida a uma série de rituais que aparecem na constituição dos discursos, na produção de imagens e outros símbolos dotados de características específicas. As mulheres portam um capital simbólico constituído por dotes pessoais naturalizados e transformados em capital político. É possível também deduzir que as campanhas políticas ritualizam antigos conflitos da sociedade, envolvendo as lutas simbólicas entre sexos (1998: 107-108).

Em outras palavras, o fato de ser mulher já é, por si só, bastante emblemático se confrontado ao ser homem, por exemplo. Os papéis sociais de homens e de mulheres têm sido, ao longo da instituição das culturas, não só ritualizados, mas bastante cristalizados e muito bem definidos. Igualmente, os significados atribuídos aos lugares de mulheres como construções espaço-temporais, e também aos espaços público e privado, têm servido não só na definição e demarcação desses espaços, naturalizando-os, como no “fomento” de imagens, discursos e rituais que pro-

piciam a estandarização e o confronto, na disputa por espaços de poder entre homens e mulheres.

Assim, várias representações sobre o “ser homem” e o “ser mulher” são estrategicamente construídas no jogo do embate político. Nesses termos, Irllys Barreira acrescenta:

Pensar sobre a existência de uma simbologia das candidaturas femininas pressupõe também indagar se essas candidaturas trazem especificidades, sobretudo se comparadas a candidaturas masculinas. Mulheres na condição de candidatas ensejam a emergência de símbolos e estratégias discursivas ligados a moral, a ética ou a valores femininos que lhes são atribuídos naturalmente, tais como sensibilidade e sinceridade, entre outros. Existe, portanto, uma especificidade referida ao uso de atributos de gênero como forma de diferenciação política (...). Algumas características podem ser identificadas no âmbito dessa suposição. Em primeiro lugar, está a perspectiva de situar a mulher como signatária de valores universais, fato que a tornaria potencialmente capaz de superar seus adversários. Uma segunda ordem de considerações pensa a inexperiência das mulheres como atributo positivo, porque fora das práticas tradicionais e espúrias do poder. Nesse período, as candidaturas de mulheres diferenciam-se das candidaturas masculinas, pois o que conta essencialmente são os feitos profissionais. A inexperiência pode, assim, tornar-se virtude na medida em que a não entrada na política permitiria a guarda de uma integridade. As mulheres parecem, assim, como guardiãs ou reservatórios de uma moral coletiva (1998: 106).

Se tomarmos como exemplos paradigmáticos alguns discursos emitidos pelas candidatas Cozete Barbosa e Lídia Moura, por ocasião do debate, durante o primeiro turno – promovido e transmitido pela TV *Paraíba*, no dia 01 de outubro de 2004 –, bem como

matérias jornalísticas, veiculadas pelos periódicos locais, além do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), é possível detectarmos a presença, muito forte, de atributos de gênero como forma de diferenciação política.

Convém acrescentar que as mulheres também entram na política de forma emblemática, utilizando-se de símbolos e estratégias discursivas para se destacarem em um ambiente predominantemente masculino. Esses discursos demarcam um lugar de “ser mulher”, e, com frequência, aparecem associados a uma “identidade de gênero”, herdada historicamente através da luta feminina pela sua emancipação. Neste sentido, cria-se uma espécie de simbologia das candidaturas femininas, as quais irão incluir discursos, emblemas e símbolos que justificam a presença das mulheres na política.

Como tais aspectos aparecem nas campanhas femininas?

Comumente as mulheres candidatas se põem como não-corrompidas pelo “lado sujo” da política e se autodenominam portadoras de valores ditos universais como: sinceridade, verdade, sensibilidade etc. Utilizando-se disto, tais personagens se colocam em uma posição que lhes favorece e as torna capazes de superar os seus adversários do sexo oposto.

Em outra perspectiva, elas põem a sua falta de experiência como algo positivo, porque fora das práticas tradicionais utilizadas pelos homens. Assim, as candidatas femininas se auto-afirmam como “incorruptíveis”. Daí a necessidade de se dar visibilidade, nas campanhas, às suas trajetórias e aos seus feitos profissionais, transformando a inexperiência em virtude, e a mulher em guardiã da integridade ética e moral.¹³

Outra característica muito forte que aparece nas propagandas político-eleitorais femininas é a identificação da mulher com valores masculinos. Por isso, é comum o uso, dentre outros, dos adjetivos “corajosa”, “guerreira” e “destemida”, em *slogans*, em frases de efeito e em músicas de campanhas. Ao mesmo tempo em que as candidatas querem se diferenciar dos homens, elas parecem necessitar de valores mais comumente a eles associados para serem aceitas no meio político e na sociedade, uma vez que, se se apresentarem enfatizando mais “o emocional”, os eleitores

acabam por considerá-las pessoas fracas e incapazes. Não é à toa, pois, que a candidata Cozete Barbosa (PT), inicia o seu Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, por meio da narração de um homem, com o seguinte discurso:

O simples fato de ser mulher já exige coragem. Coragem pra conquistar seu espaço, pra vencer preconceitos. Coragem pra ser porto firme mesmo com as mãos ligadas. Ser mulher não exige mais nada: é só não ter medo de lutar. Ser um pouquinho de cada mulher campinense na prefeitura. Cozete prefeita: coragem pra mudar!

O *slogan* de sua campanha era: “Cozete prefeita: coragem pra mudar”. O termo coragem, neste sentido, assume uma força expressiva, uma vez que a coragem é um atributo do espaço masculino e não do feminino. Ao adotar esse *slogan*, a candidata tenta construir a imagem de uma mulher destemida, que enfrenta os seus adversários, bem como as vicissitudes do cargo de prefeita, e, simultaneamente, quer demonstrar que tem uma clara finalidade: mudar o “jeito” de fazer política na cidade, quebrando as “amarras do poder dos poderosos”, como muitas vezes afirmou.

Uma das músicas de sua campanha também apela para a “coragem pra mudar”:

Agora é mudança Campina merece / O povo conhece e vai confirmar / Um brilho nos olhos, sorriso aberto / Cozete é coragem pra mudar / Essa mulher é competente, ela tá do lado certo / Tá com o povo, é guerreira / Cozete tem honestidade, competência, coragem e experiência / E rumo certo pra mudar / Um brilho nos olhos, sorriso aberto / Cozete é coragem pra mudar (HGPE de Cozete Barbosa, outubro de 2004).

Igualmente, ao se recorrer à questão de gênero, espera-se a conquista da simpatia das outras mulheres e a identificação da candidata com o voto feminino. Assim, ao fazer um chamamento às mulheres, explicitando a sua coragem para lutar e mudar, a candidata se põe como a grande representante desse movimento,

sobretudo feminino, e, como se pode observar, em nenhum dos dois últimos discursos aqui descritos, se faz referência ao papel e à participação dos homens no pretenso processo de mudança.

O investimento em um “histórico de lutas” e de coragem, para enfrentar os “detentores do poder”, e a disposição para trabalhar pelas causas sociais dos menos favorecidos parecem ser, ao longo da trajetória política de Cozete Barbosa, o seu grande trunfo e capital simbólico. Comumente, as matérias jornalísticas destacavam tais atributos:

*(...) Cozete foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Agreste da Borborema (SINTAB), onde protagonizou os mais importantes momentos da luta sindical em Campina Grande. Dentre as bandeiras levantadas esteve a de garantir o pagamento de salário mínimo ao servidor municipal e a moralização do serviço público. Como militante do PT e sindicalista, Cozete desenvolveu amplo trabalho junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Movimento dos Sem-Terra e ao Movimento de Mulheres (trecho extraído de “Candidatos: quem são e o que prometem”. *Jornal da Paraíba*, 25 de Julho de 2004).*

Uma outra faceta interessante na construção da liderança política de Cozete Barbosa é que ela sempre fez questão, durante toda a campanha, de afirmar sua pertença ao Partido dos Trabalhadores. Fato simples, já que era mesmo da agremiação; só que, para ela, era bem mais interessante essa sua afirmação, porque o seu partido, conforme ressaltava freqüentemente, era o do Presidente da República: “eu sou do Partido dos Trabalhadores e defendo a proposta do Partido dos Trabalhadores, defendo a candidatura de Lula, sou do partido do Presidente da República!” (debate na *TV Paraíba*, 01/09/2004).

Portanto, na referida campanha, essa atitude de Cozete se traduz como uma estratégia: aproveita-se do fato de Lula haver sido vitorioso, com mais de 70% dos votos, na disputa com José Serra (PSDB), e, ao mesmo tempo, enfatiza a “coragem do povo

brasileiro para mudar”, deixando claro que o mesmo poderia ocorrer em Campina Grande. Nesse sentido, a candidata também propala um outro *slogan*: “um jeito novo de cuidar das pessoas”:

Há dois anos atrás tivemos coragem pra mudar o Brasil e sem medo de ser feliz elegemos Lula presidente. O projeto de reforma do Brasil que Lula está fazendo passa pelo investimento na educação, na saúde, no emprego e na segurança dos brasileiros. O que Lula faz no país, a gente faz também aqui em Campina Grande: SAMU, DIGNA, creches, escolas, Banco do Povo, beneficiamento de obras, cidadania e inclusão social nessa cidade. Eu não tenho dúvidas que o campinense vai saber votar de novo, sem medo de ser feliz, sem medo de ameaças. Vai votar no 13 (HGPE de Cozete Barbosa, outubro de 2004).

Em seu Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, era comum aparecer a imagem de Cozete, sentada ao redor de uma mesa de vidro, com um *notebook* e, em destaque na parede, uma foto do Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, “a sorrir para os telespectadores”. A veiculação da imagem do Presidente serve, ao mesmo tempo, para legitimar a campanha da candidata e para identificá-la como sua “autêntica representante”, em Campina Grande.

Cozete Barbosa comumente se apresentava como uma figura austera, forte e destemida, evocações encontradas, também, em uma outra música de sua campanha: “Cozete é liberdade/ coragem pra mudar/ Cozete pra Campina melhorar/ a nossa luta é do povo/ que luta pra vencer/ Cozete é Campina mudando pra valer”.

Numa tentativa de amenizar eventuais efeitos negativos, sobre sua imagem, de alguns adjetivos atribuídos à candidata durante a campanha eleitoral, tais como “antipática”, “orgulhosa” e “prepotente”, Cozete Barbosa apareceu, no seu último programa de campanha, abraçando crianças e mulheres das comunidades mais carentes, sempre sorrindo e com gestos amáveis, demonstrando que poderia ser, igualmente,

a “mulher mãe”, a “mulher dona-de-casa”, a “mulher amiga” e a “mulher política”.

A cor adotada pela candidata na sua campanha foi o vermelho. Assim, era comum encontrá-la sempre vestindo vermelho. Vermelho, a cor do *seu* Partido, o PT. Vermelho que também representa o “sangue da lutadora” que ousou “romper barreiras e preconceitos”. Vermelho que representa o coração de mãe, preocupada “com seus filhos”. Vermelho que representa o “amor pela cidade”. Vermelho que representa a “coragem pra mudar”. Vermelho que representa a estrela do PT, também presente nas músicas: “Bote a estrela no peito/ não tenha medo ou pudor/ agora eu quero ver/ estou torcendo a favor”. Ou: “O futuro de Campina em suas mãos/ é hora de lutar contra esse medo/ a luz do novo tempo/ acende pra você/ no brilho da estrela do PT”.

Um outro discurso recorrente de Cozete Barbosa, durante a campanha, foi o de se dizer “perseguida” pelo então governador do estado da Paraíba, Cássio Cunha Lima; justamente ele, a quem ela substituíra à frente da Prefeitura, quando da sua candidatura (dele) ao cargo de governador. Depois, atuando em lados opostos, as acusações não cessavam e Cozete, de forma estratégica, recorria ao discurso da “perseguição do governador”, argumentando dever-se tal perseguição ao fato de haver, “corajosamente”, denunciado as irregularidades existentes na Prefeitura. Portanto, trazia à tona, sempre, a sua coragem de “romper e mudar” a política em Campina Grande:

Há quatro anos atrás abri mão das divergências políticas e fiz uma aliança com Cássio, em nome de um projeto maior por Campina: mais emprego, educação e saúde. Eu e o povo acreditamos nisso, mas fomos traídos. Ao assumir a Prefeitura e começar a administrar Campina de forma independente, passei a ser perseguida pelo governador e seu grupo político: boicote de verbas, obras paradas, tudo para inviabilizar meu governo. Por isso, do mesmo jeito que tive a coragem de fazer aliança, tive coragem para rompê-la; hoje governo a cidade com transparência, buscando o desenvolvimento e a inclusão

social. Minha aliança é com Campina Grande, meu compromisso é com você (...). Nesta campanha você viu tudo que fiz em apenas dois anos de trabalho. Apesar da perseguição e das adversidades, contando com poucos recursos e com o governo Lula, que nunca me deixou na mão, implantei na prefeitura um jeito diferente de fazer política (HGPE, Cozete Barbosa, outubro de 2004).

O “jeito diferente de fazer política” parece ser o grande trunfo da candidata, o seu diferencial em relação aos outros concorrentes. Também nesta mesma linha, o discurso de Cozete Barbosa em seu programa de encerramento no HGPE, profere a seguinte mensagem: “Precisamos acabar com a cultura do medo e da ameaça em Campina Grande. A gente vota em quem a gente quer!”. Neste enunciado, Cozete Barbosa faz alusão à compra de votos implementada nos bastidores da campanha de Rômulo Gouveia, candidato apoiado pelo governador do Estado e finaliza seu programa eleitoral com a seguinte frase: “pense, analise e não tenha medo de decidir. Não negocie seu voto porque não há dinheiro que pague a sua consciência. No dia 3, conto com o seu voto. Até o segundo turno, se Deus quiser”.

A “luta contra o medo” foi recorrente na campanha da candidata; os discursos em torno da necessidade da “coragem para vencer os poderosos” e da “coragem para vencer o medo de enfrentar os poderosos” parecem ter sido a sua grande arma política.¹⁴

* * *

Enquanto Cozete Barbosa construiu a sua figura política via militância nos “movimentos sociais” e no Partido dos Trabalhadores, ganhando paulatinamente visibilidade política junto à sociedade campinense, a outra candidata e liderança feminina, Lídia Moura (PSB), era uma pessoa até então desconhecida por grande parte da população local. Assim, nas suas primeiras aparições nas matérias jornalísticas, ou na mídia em geral, ela fez um forte uso da emoção e da expressão dos sentimentos, procurando sensibilizar o público eleitor. Para tanto, era apresentada como uma mulher que desde a mais tenra idade teve que

lutar, inclusive pela própria vida, como demonstra o discurso abaixo:

*Em 1975, uma humilde família do interior do Piauí muda-se para Brasília. Todos buscavam uma nova vida, mas, especialmente, a recuperação da saúde de uma menina de 10 anos, que corria o risco de perder uma de suas pernas devido à osteomielite (infecção óssea). A criança hoje jornalista e liderança política, Lídia Moura, teve de lutar desde cedo pela vida e só entre os 9 e 14 anos passou por 7 cirurgias (trecho extraído de “Candidatos: quem são e o que prometem”. *Jornal da Paraíba*, 25 de julho de 2004).*

Além de ser mostrada como uma “mulher guerreira”, que sempre lutou para viver, no seu Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), Lídia Moura se oferece como a alternativa à mudança. Uma “mudança” que, conforme o discurso, não guarda qualquer ligação com os grupos e “panelinhas”¹⁵, que vêm dominando a cidade e a política há muito tempo. Essa “briga entre panelinhas”, na verdade, refletia um clima de disputa pela Prefeitura de Campina Grande, visando o apoio do candidato vencedor às eleições para o governo do Estado da Paraíba em 2006.

No debate promovido pela *TV Paraíba*, em 01/09/2004, a candidata assim se expressou:

(...) Olha, a população tem que realmente ficar atenta porque a grande questão é que não há diferença entre Cunha Lima e Maranhão; vocês não vão encontrar essa diferença de procedimento. Então, é mais ou menos como a história do Brasil que vocês já devem ter ouvido falar, da política do “café com leite”. Ora é o pessoal do leite, ora é o pessoal do café. Então, você tem que sair dessa discussão, porque a briga e a discussão aqui não é se ganha Cunha Lima, perde Cunha Lima, se ganha Maranhão, perde Maranhão. A discussão é: a cidade precisa de um projeto pra recuperá-la, não é? E nós temos esse projeto pra recuperar a cidade de Campina

Grande. E mais, os grupos políticos que trabalham aqui hoje, estão de olho na eleição de 2006 para o governo do Estado e essa discussão passa por Campina Grande, não se deixe enganar!

Neste mesmo caminho, no HGPE, em sua primeira aparição, Lídia Moura faz o seguinte discurso:

(...) Nós, do PSB, vamos utilizar nosso pequeno espaço na televisão e no rádio para apresentar propostas criativas, sérias, que quando forem implantadas farão Campina ser Grande como nós queremos e como ela merece, mas também vamos aproveitar para ajudar você a perceber o que estas pessoas que se revezam no poder há tanto tempo deixaram de fazer por Campina para que pudessem fazer mais por seus apadrinhados. Nós, do Partido Socialista Brasileiro, temos muito o que conversar e eu espero contar com a sua atenção para que possamos mostrar que só a nossa candidatura representa a verdadeira mudança (HGPE, Lídia Moura, outubro de 2004).

A mudança à qual Lídia Moura faz menção não é a mesma almejada por Cozete Barbosa, que já estava no poder há dois anos. Na sua campanha, Lídia Moura propõe que se lute por uma nova consciência política, por uma nova forma de conduzir a cidade, pautada na ética e na verdade.

No final do seu programa no HGPE, a candidata se utiliza de um texto de Gabriel o Pensador, nele destacando as palavras “muda” e “mudança”; estas são realçadas, ali, com o uso de um amarelo forte – cor de sua campanha –, apelando para as pessoas terem consciência de que a mudança representada por ela, traria um futuro melhor para a cidade e seus habitantes:

MUDA!

*Quando a gente MUDA / o mundo MUDA
com a gente / a gente MUDA o mundo / na*

*MUDANÇA da gente / e quando a gente
MUDA / a gente anda pra frente / e quando
a gente manda / ninguém manda na gente
/ na MUDANÇA de atitude / não há mal
que não se MUDE / nem doença sem cura
/ na MUDANÇA de postura / a gente fica
mais seguro / na MUDANÇA do presente /
a gente molda o FUTURO!*

Uma outra faceta interessante da campanha da candidata Lídia Moura é pautada no ataque ao grupo Cunha Lima, mostrando a incapacidade do “governo dos 22 anos” para resolver os problemas da cidade. O interessante é que Lídia inclui neste tempo os dois anos do governo Cozete Barbosa, sua aliada nos debates e, no plano familiar, sua cunhada, pois o irmão da petista é companheiro da candidata.

Lídia Moura (PSB), contrariamente a Cozete Barbosa (PT), construiu um estilo feminino para sua campanha. Mesmo tendo uma postura de “mulher forte”, que não tem medo do combate com os homens, Lídia sempre fez questão de apresentar-se muito bem vestida, de *tailleur* e saia, maquiada, com cabelos soltos e penteados, carregando sua marca principal de diferenciação: a flor amarela que usava como broche na roupa.

A apresentação visual de uma candidata também constitui, segundo Irllys Barreira, “ao lado do discurso e de outras estratégias de campanha, uma totalidade a partir da qual são estabelecidos elos entre candidatos e eleitores” (BARREIRA, 1998: 150). Se há uma identificação, se torna necessário que a candidata tome uma postura que agrade à maior parte da população, e no caso da mulher, que se aproxime mais do “modelo feminino”.

Sempre que atacada por seus adversários, Lídia Moura se referia à sua condição de mulher pública, tentando demonstrar para as pessoas que, na verdade, os ataques direcionados para ela refletiam o preconceito dos homens em relação às mulheres:

(...) Estamos cientes de que esta campanha estabeleceu um novo modelo de fazer campanha em Campina Grande. E dizer que contra nós não consta nenhuma denúncia. A única denúncia que vocês viram aqui é essa: de que sou mulher, se casei ou não, aonde vivi, aonde

tive a competência de me estabelecer como profissional (HGPE, Lídia Moura, outubro de 2004).

Numa outra oportunidade, sempre enfatizando os ataques à sua vida pessoal, e principalmente, ao fato de ser mulher, Lídia comenta:

(...) Fizemos uma campanha limpa, sem ataques pessoais, mas sofremos em vários momentos com a ira de nossos concorrentes, que chegaram a invadir minha vida privada para me impedir de mostrar a incompetência deles na vida pública. E a maior acusação que eles me fizeram, veja você, foi de ser mulher (HGPE, Lídia Moura, outubro de 2004).

Estratégia semelhante de apelo ao feminino ofereceu, no ano de 2001, a pré-candidata à Presidência da República, Roseana Sarney que, por ocasião do HGPE do seu partido político, o PSDB, fez o seguinte comentário:

(...) Eu não sei se serei candidata a presidente agora. Há muitas circunstâncias políticas a serem resolvidas, mas um dos motivos inaceitáveis, e que eu não aceito de jeito nenhum, é que alguém venha me dizer que eu não posso ser presidente porque eu sou mulher (CARVALHO, 2004: 147).

Não é apenas no seu discurso que Lídia Moura enfatiza a sua condição de mulher. As imagens trabalhadas por ela no seu último programa são emblemáticas: mostram toda a sua trajetória pessoal e política, com o intuito de “vender”, para o eleitor, a idéia segundo a qual, mesmo sem a presença masculina do pai, a mulher tem condições de criar seus filhos. Assim, aparecem fotos da candidata com os filhos, em vários momentos da vida, numa demonstração de que ela sempre esteve presente na vida deles, realizando o papel de mãe e de “dona de casa”. Na seqüência, aparecem fotos de Lídia como militante política, presente em congressos pelos direitos femininos, procurando mostrar que a mulher, além de

ser mãe, esposa e “dona-de-casa”, pode ser também “mulher pública”.¹⁶

Em um outro momento de seu programa eleitoral, a candidata se dirige diretamente às mulheres com o seguinte discurso:

(...) Qual o papel da mulher na política? Será o de primeira dama, de ficar plantando árvores floridas e organizar chazinho de beneficência? Será que o papel da mulher na política é segurar bandeira em passeata e aparecer na TV, chorando e abraçando candidato? Você, mulher; você, homem, sabem que não! Ao longo da história da humanidade, as mulheres têm enorme importância e brigamos por cada conquista: só conseguimos entrar na Universidade 8 séculos depois dos homens; só há 70 anos podemos votar; até hoje lutamos a cada dia por nossos direitos. Direito de trabalhar sem receber menos; direito de participar do poder, sem ser por tutela de marido, de pai ou de filho (...). Sempre fomos poucas no poder. Ainda recebemos salários menores; ainda enfrentamos violência em nossos lares e até no trabalho; mesmo assim, somos nós que damos equilíbrio à sociedade. Campina Grande é mulher, ainda é a rainha da Borborema, apesar de alguns se considerarem seus reis e quererem transformá-la num feudo, não conseguirão destruir a força de nossas mulheres de lutar pelo futuro (HGPE de Lídia Moura, outubro de 2004).

Ao modo de Lídia Moura, Cozete Barbosa também apela para “questões de gênero” para diferenciarse. Bem mais do que a primeira, como prefeita da cidade de Campina Grande, Cozete Barbosa sempre fez questão de afirmar, que “o olhar feminino para a cidade, para as pessoas, sem discriminar pela cor, sexo, religião, classe social ou partido a que pertença”, era um olhar singular, pois demonstrava “o jeito feminino de governar”. Insistiu, constantemente, em lembrar a sua trajetória à frente da Prefeitura “com muita dificuldade”, mas com “garra e determinação”

para enfrentar os problemas: “(...) assim como nós mulheres, quando no nosso cotidiano tenta administrar a casa, administrar nossos filhos, dar carinho, dar amor e também dar uma parte da gente na vida pública” (HGPE de Cozete Barbosa, outubro de 2004).

Ao se dirigir às mulheres, na tentativa de conquistar o voto feminino, Cozete conclama-as à luta pela independência e autonomia da mulher como instrumento de libertação da opressão:

(...) Eu quero me dirigir, principalmente, aquelas todas que ousaram caminhar com suas próprias pernas. Aquelas que apesar de todo sofrimento, de toda a discriminação, não baixaram a cabeça, não foram submissas e buscaram seu espaço (HGPE de Cozete Barbosa, outubro de 2004).

É esse “nós mulheres” que Irllys Barreira (1998) identifica como a busca de um modo específico de fazer política, baseado em espaços de identificação na condição de gênero. Valores que estão acima das questões partidárias, mas que se somam a eles para justificar um lugar para a mulher na política.

Tanto Cozete quanto Lídia parecem se utilizar de “ritualismos do feminino” nas suas campanhas para angariar votos de mulheres; estas constituem maioria na cidade¹⁷. Não é só isso: a utilização das questões de gênero também serve para acumular “capital simbólico” e transformá-lo em “capital político”¹⁸, como afirma Barreira:

(...) São várias as situações em que a condição de gênero aparece como elemento de destaque: interpelações discursivas dirigidas às mulheres, convocações de rituais específicos à categoria de mulher ou afirmação de valores considerados tipicamente femininos (1998: 146).

É neste sentido que as referidas candidatas se aproximam: elas recorrem a esses discursos para se diferenciarem tanto dos homens, no caso das questões de gênero, quanto de outras mulheres, que

são maioria entre os cidadãos aptos a votar, especificando e singularizando as suas próprias trajetórias políticas: “às mulheres, eu não preciso mais mandar a última mensagem porque nós já combinamos; nós já conversamos; você terá uma grande surpresa nesta eleição” (Lídia Moura, debate entre os candidatos na *TV Paraíba*, afiliada da Rede Globo de Televisão, outubro de 2004).

(...) Eu quero agradecer especialmente aquelas que estiveram comigo nos clubes de mães, as mulheres que buscaram se organizar, que estiveram nos comícios, nas ruas, nas manifestações, nas passeatas, rompendo barreiras. A todas do movimento sindical que estiveram comigo em toda essa trajetória eu dedico a vocês todo esse momento de luta (Cozete Barbosa, debate entre os candidatos na *TV Paraíba*, afiliada da Rede Globo de Televisão, outubro de 2004).

A partir do exposto, é possível afirmar que essas candidaturas vêm revestidas de todo um discurso que está condicionado à construção de um espaço de reconhecimento das aptidões femininas e à desconstrução de estigmas, culturalmente instituídos, para exaltar a masculinidade como uma característica emblemática do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos, ao final deste artigo, concluir que os discursos de e sobre a candidata Cozete Barbosa se dirigiram, sobretudo, no sentido de construir a representação de que o “olhar feminino” na prefeitura humaniza as relações de trabalho e afasta a “política do medo”: “é o jeito diferente de governar Campina”, é a “coragem pra mudar”. Mudar pelas mãos de uma mulher corajosa e com uma expressiva história de atuação na vida pública; seja na militância política, seja na atuação sindical. Cozete Barbosa sempre se protegeu em seu currículo, em seu histórico de vida, e tal histórico lhe promoveu uma maior e melhor visibilidade política em relação à sua opositora, a candidata Lídia Moura.

Por sua vez, os discursos de e sobre Lídia Moura foram construídos no sentido de espriar a máxima segundo a qual, “pra mudar de verdade” é necessário estabelecer “um novo jeito de se fazer campanha”, pautado na “ética e na verdade”, sem gastos milionários e sem “padrinhos” políticos. Para mudar de verdade, “as mulheres e os homens de bem de Campina Grande” precisam ter consciência de que “o seu destino está sob seu controle” e na “mudança de postura” se molda o presente, modificando o futuro (discursos extraídos do HGPE das candidatas Cozete Barbosa e Lídia Moura).

As candidaturas de Cozete Barbosa e Lídia Moura também são portadoras do discurso pioneirista, em que a “candidata da estrela” se apresenta como “a primeira mulher à frente da prefeitura de Campina Grande” e, a “candidata da flor”, como “a primeira mulher a trazer um jeito novo de se fazer campanha política”. Esse caráter pioneiro confere às candidatas um papel de destaque, de singularidade, procurando valorizar a ruptura com o poder local e aumentando o seu “capital político”.

Entender os processos de instituição dos discursos e das imagens políticas construídas pelas e para as candidatas Cozete Barbosa e Lídia Moura, bem como a emergência das lideranças femininas em Campina Grande, a partir do estudo das representações sociais, foi o nosso intento neste artigo.

NOTAS

- 1 A cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, situa-se no Agreste da Borborema e ocupa uma área de 970 Km². Dista 122 Km de João Pessoa, capital do estado. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1991, a população era de 325.789 habitantes, sendo, 152.424 homens e 173.365 mulheres.
- 2 “Desde 1998 que a política, especialmente a partidária e a eleitoral na Paraíba, passou a ser subordinada à disputa entre o grupo político do então governador e hoje senador José Maranhão e o grupo Cunha Lima, liderado pelo ex-governador e então senador – hoje deputado federal – Ronaldo Cunha Lima, tendo como adjunto seu filho, o então prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima, posteriormente, dirigente principal, por conta de acidente vascular cerebral sofrido pelo pai. Egressos do antigo MDB, jovens deputados estaduais no início dos anos 1960, cassados pelo Ato Institucional nº 5, no pós 1968, Ronaldo

- Cunha Lima e José Maranhão seguiram carreira no PMDB, sem enfrentamentos até 1998. Em 1994, o PMDB elege o governador Antônio Mariz, tendo como vice-governador José Maranhão, e como senador Ronaldo Cunha Lima. Com a morte do titular, José Maranhão assume o governo do Estado e, no decorrer do mandato, articula a sua reeleição. A disputa pela indicação convencional é travada previamente, na disputa pelo controle do Diretório Estadual que, rapidamente, degenera em guerra aberta pela cooptação dos delegados convencionais. O governador Maranhão sai vitorioso, com a sua indicação como candidato à reeleição assegurada. É eleito governador, em chapa partidária, com 80,72% dos votos válidos contra 16,11% da coligação PSB-PT. A perda do controle partidário levará o grupo Cunha Lima, após as eleições municipais de 2000, a migrar, pelas suas lideranças principais, para outro partido. O escolhido foi o PSDB, como via para manter garantido o acesso do grupo ao Palácio do Planalto, estabelecendo-se também aí – na relação do plano estadual com o governo federal – a disputa renhida pela interlocução oficial, pelo atendimento dos pleitos e demandas e por indicações de cargos” (ARAÚJO, 2005: 89-99).
- 3 Sobre as noções de *lugar* e de *não-lugar*, consultar Marc Augé, 1994.
 - 4 Estamos bem distante do ano de 1929, quando a cidade de Lages, no interior do estado do Rio Grande do Norte, elegeu a primeira prefeita da América Latina, Alzira Soriano. (MEIRELES, Andrei, PEDROSA, Mino em “O salto do poder feminino”. Revista *Isto É*, São Paulo, 1996).
 - 5 Para se ter uma idéia, no ano de 1996, concorreram à prefeitura de João Pessoa, capital da Paraíba, três mulheres: Lúcia Braga (Partido Democrático Trabalhista, PDT), Nadja Palitot (PSB) e Lourdes Sarmiento (Partido da Causa Operária, PCO), contra dois candidatos: Cícero Lucena (PMDB) e Luís Couto (PT).
 - 6 Consultar [site file:///A:/Bancada%20Feminina%20no%20Senado.htm](file:///A:/Bancada%20Feminina%20no%20Senado.htm). Bancada Feminina se mantém na Câmara e cresce no Senado. Terça, 3 de outubro de 2006. Consulta realizada em 22/07/2007.
 - 7 Como forma de comprovar essa lentidão, vejamos, por exemplo, a evolução da ocupação de cargos, por mulheres, como presidente e primeira-ministra, no mundo: “Em 1960, Sirimavo Bandaranaike, do Sri Lanka, torna-se a primeira mulher a governar um país, como primeira-ministra; em 1979, Margaret Thatcher assume como primeira-ministra do Reino Unido e a francesa Simone Veil se torna presidente do Parlamento europeu; em 1988, Benazir Bhutto é eleita primeira-ministra do Paquistão e torna-se também a primeira mulher a governar um país muçulmano; em 1999, Helen Clark assumiu como primeira-ministra da Nova Zelândia. Ainda à frente daquele país, ela está em seu terceiro mandato e, em 2005, Ellen Johnson-Sirleaf é eleita a primeira presidente de uma nação africana, a Libéria”. Acrescente-se, em 2006, as vitórias da chilena Michelle Bachelet e da alemã Ângela Merkel, respectivamente, para a ocupação do posto máximo de poder político em seus países (Revista *Veja*, edição *Veja Especial MULHER*, junho de 2006).
 - 8 Entendemos, como Foucault, que o poder é uma relação que engloba em seus dispositivos mecanismos e efeitos de saber: não é unitário e global. Ou seja, que “não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de exercício de saber” (FOUCAULT, 1989, p. XXI). Noutros termos, entendemos igualmente que “uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho do Estado e que nada mudará, na sociedade, se os mecanismos que funcionam dentro, fora, abaixo, ao lado dos aparelhos do Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados” (FOUCAULT, 1989, p. 149-150).
 - 9 Ao modo de DAMATTA (1985) e CHAUI (1991), por espaço público entendemos o espaço da rua, do desconhecido, do indeterminado, do trabalho, do perigo, do individualismo; por espaço privado entendemos o espaço da casa, do lar, do trabalho doméstico, da família, da proteção, do aconchego, do conhecido e do doméstico.
 - 10 “Natural de Campina Grande, Cozete Barbosa nasceu no dia 25 de fevereiro de 1956. É formada em Ciências da Computação e sempre trabalhou como analista de sistemas, na Prefeitura Municipal campinense. Católica, Cozete esteve sempre militando nas causas populares e principalmente na defesa dos interesses do servidor público municipal. Ela foi presidente do Sintab durante vários anos e sempre esteve filiada ao PT, partido pelo qual foi eleita vereadora duas vezes. Em 2000, seu partido se coligou com o grupo Cunha Lima, sendo Cozete eleita vice de Cássio, que dois anos depois foi eleito governador e ela assumiu a prefeitura, em abril de 2002 e, agora, disputa a reeleição” (jornal *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB, 3 de outubro de 2004. Caderno *Política*).
 - 11 “Lídia Moura nasceu na cidade de Regeneração, no Piauí, no dia 26 de julho de 1965. É formada em Jornalismo. Iniciou a vida pública aos 14 anos, no PSB, sempre na esquerda e engajada em lutas sociais. Sempre gostou de ler e teve muito acesso à cultura, o que lhe ajudou muito na militância política e profissional. Ainda no segundo ano de faculdade ingressou na Radiobrás. Trabalhou em vários outros órgãos de comunicação, sempre com destaque. Contribuiu para a fundação do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários e Medicamentos – Idum, que defende a ampliação do acesso da população carente aos remédios. Ex-PPS e hoje no PSB, diz não concordar com o atrelamento a forças reacionárias para a conquista do poder. Costuma dizer que sua essência é de esquerda” (jornal *Diário da Borborema*, Campina Grande-

PB, 3 de outubro de 2004. Caderno *Política*).

- 12 “Em Campina Grande, o prefeito Cássio Cunha Lima (ainda no PMDB), candidato à reeleição, surpreende a opinião pública e as oposições mais à direita do PT, representadas pelos candidatos do PDT e do PP, firmando compromisso de coligação com o PT local, tendo como candidata a vice-prefeita a vereadora Cozete Barbosa, de trajetória sindicalista e identificada como oposição tenaz de esquerda ao grupo Cunha Lima. Essa coligação é endossada pela direção estadual do PT e sacramentada, inclusive, com a presença avalisadora de Luís Inácio Lula da Silva. É inegável o objetivo de conquistar apoio do grupo Cunha Lima à candidatura presidencial para 2002 (ARAÚJO, 2005: 90).
- 13 Irllys Barreira, ao analisar a campanha política de Socorro França à prefeitura municipal de Fortaleza, capital do Ceará, no ano de 1996, faz o seguinte comentário: “(...) as aptidões femininas para a política são reforçadas ou estereotipadas, consoante os lugares que cada candidata ocupa no cenário nacional. A título de exemplo, emblemas femininos, tais como dedicação de mãe, carinho e solidariedade, utilizados na campanha de Socorro França, são contrapostos por seus adversários a valores femininos de submissão e incapacidade de autonomia. Reforçam os adversários da candidata a associação, já previamente instituída, entre submissão na esfera privada e submissão na esfera pública” (BARREIRA, 1998: 108).
- 14 Sobre a questão dos usos dos sentimentos na política, dentre estes, o do medo, consultar BARREIRA, Irllys Alencar Firmo: “A Expressão dos sentimentos na Política”, 2004.
- 15 A candidata Lídia Moura refere-se a “panelinhas” para fazer menção ao grupo Cunha Lima, que apóia a campanha de Rômulo Gouveia, do PSDB, e ao grupo Maranhão, que apóia a candidatura de Veneziano Vital do Rego, do PMDB.
- 16 Sobre a questão da estética feminina e das imagens do feminino na política, consultar BARREIRA, 1993: 75-108.
- 17 Estavam aptos a votar em Campina Grande, nas eleições de 2004, 242.145 eleitores, sendo 131.604 mulheres (54,3%) e 110.350 homens (45,5%) [Jornal *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB, 3/10/2004].
- 18 O *poder simbólico* é, segundo Bourdieu, “um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma autoridade, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (...). O homem político retira a sua força política da confiança que o grupo põe nele”. E o *capital político* é “uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (BOURDIEU, 1989: 187-188).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Hermano Nepomuceno (2005). “João Pessoa: uma vitória anunciada”. In: CORTEZ, Hugo & HERMANNNS, Klauss (org.). *Nordeste 2004: o voto das capitais. Análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- AUGÉ, Marc (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas-SP: Papirus.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (1998). *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política.
- _____ (1993). “Imagens do feminino na Política”. In: XIMENES, Tereza. *Novos Paradigmas e Realidade Brasileira*. Belém: UFPA/NAEA.
- _____ (2004). “A expressão dos sentimentos na política”. In: TEIXEIRA, Carla Costa, CHAVES, Christine de Alencar (org.). *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.
- BALANDIER, Georges (1982). *O Poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- BLAY, Eva (1978). *As prefeitas, a participação política das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Avenir.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL.
- CANCLINI, Néstor García (1983). *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (1993). “A nova estética do espetáculo político”. In: XIMENES, Tereza. *Novos paradigmas e realidade brasileira*. Belém: UFPA/NAEA.
- _____ (2004). “Como se desfaz um “fenômeno eleitoral”: o caso Roseana”. In: RUBIM, Antonio Albino (org.). *Eleições presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker.
- CHARAUDEAU, Patrick (2006). *Discurso político*. São Paulo: Contexto.
- CHAUÍ, Marilena (1991). “Política e cultura democráticas: o público e o privado entram em questão”. *Revista Universidade e Sociedade*, Ano I, nº 2. 58-63.
- DAMATTA, Roberto (1985). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- FOUCAULT, Michel (1987). *A arqueologia do saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- _____ (1989). *A microfísica do poder*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- JODELET, Denise (2001). “Representações sociais: um domínio

- em expansão”. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.
- MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli (1998). *O povo sabe votar: uma visão antropológica do voto*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (1986). “Discurso e representação ou como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas”. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MIGUEL, Malheiros Sonia (1997). *Política de cotas: mulheres na política*. Brasília: CEFEMEA.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard (1978). *O Estado espetáculo*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- VIEIRA, Stalimir (2006). *O Moído de 2002 – Bastidores da campanha eleitoral que rachou a Paraíba*. São Paulo: Livro Livre.
- WEBER, Maria Helena (1996). “Mídia e eleições: relações (mal) ditas”. In: NETO, Antônio Fausto, PINTO, Milton José. *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- ZALUAR, Alba (1986). “Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas”. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Periódicos:**
- REVISTA *ISTO É*, edição de 2/10/1996.
- REVISTA *VEJA*, Edição *ESPECIAL MULHER*. 6/2006.
- Jornal *DIÁRIO DA BORBOREMA*, Campina Grande.
- JORNAL DA PARAÍBA*, Campina Grande.
- Vídeos:**
- Gravação doméstica do debate da *TV Paraíba*, entre os candidatos, no primeiro turno das eleições municipais, em 01/10/2004.
- Gravação doméstica de programas do HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral), durante a campanha das eleições municipais de 2004.
- DVD do HGPE da candidata Lídia Moura, gentilmente cedido por sua assessoria.